



20 DE SETEMBRO DE 2016
Terça-feira

- INFORMATIVO WASHINGTON
- JR MENDONÇA DE BARROS: GOVERNO ESTÁ LONGE DE CONSENSO SOBRE POLÍTICA INDUSTRIAL
- EDITORIAL: FLEXIBILIZAÇÃO TRABALHISTA
- JORNADA DE TRABALHO NÃO SERÁ ALTERADA COM REFORMA, REAFIRMA MINISTRO
- GOVERNO E SINDICALISTAS CITAM ACORDOS DE LENIÊNCIA PARA RETOMAR ECONOMIA
- ORIENTAÇÃO DO GOVERNO É PRESERVAR 'TODOS OS DIREITOS TRABALHISTAS', DIZ MINISTRO
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO ESTUDA LINHA DE CRÉDITO À EXPORTAÇÃO PARA 2017
- PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO CONTINUA SE AGRAVANDO, AVALIA ABIMAQ
- CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO INDUSTRIAL É A MAIOR DESDE JANEIRO DE 2014, DIZ CNI
- EM MEIO À CRISE, MAIORES EMPRESAS DO PARANÁ VEEM FATURAMENTO MINGUAR EM 2015
- GREVE DOS BANCÁRIOS COMPLETA 14 DIAS COM 56% DAS AGÊNCIAS FECHADAS NO PAÍS
- GREVE DOS BANCÁRIOS DIFICULTA SAQUE DE FGTS E SEGURO-DESEMPREGO
- SEM AJUSTE FISCAL, PAÍS TERÁ OUTRA DÉCADA PERDIDA, DIZ FIESP
- EMPRESA ESPANHOLA TESTA TURBINA EÓLICA QUE FUNCIONA SEM HÉLICES
- VOTAÇÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA DEVE SER CONCLUÍDA NO 1º SEMESTRE DE 2017, PREVÊ MINISTRO
- MINISTRO DA FAZENDA DESCARTA REVISÃO DAS DESONERAÇÕES E AUMENTO DOS IMPOSTOS EM 2017
- BRASIL FECHA 2015 COM CARGA TRIBUTÁRIA DE 32,66% DO PIB, MAIOR DESDE 2013
- RESOLUÇÃO ALTERA SIMPLES NACIONAL
- REFORMA DA PREVIDÊNCIA EM 2017 JÁ SERÁ IMPRESSIONANTE, DIZ MEIRELLES

- MAIORIA DE VAREJISTAS AVALIA ESTAR COM ESTOQUE INADEQUADO, DIZ FECOMERCIO-SP
- BC DIZ ESTAR PRONTO PARA NORMALIZAÇÃO DA POLÍTICA MONETÁRIA EM ECONOMIA AVANÇADA
- COM A CRISE, ESTADOS PERDERAM COMPETITIVIDADE
- TECSIS DEMITE 400 E DESATIVA UNIDADE DE PRODUÇÃO
- VIVER, EX-INPAR, RECORRE À RECUPERAÇÃO JUDICIAL PARA NEGOCIAR DÍVIDA DE R\$ 1 BI
- EFICIÊNCIA DA POLÍTICA MONETÁRIA SERÁ MAIOR COM SUCESSO DE AJUSTE FISCAL, DIZ BC
- VOLUME DE CHEQUES DEVOLVIDOS BAIXOU DE 2,21% EM JULHO PARA 2,13% EM AGOSTO
- MEIRELLES: RESERVAS GARANTIRAM QUE BRASIL ENFRENTASSE CRISE COM CÂMBIO TRANQUILO
- INDÚSTRIA DE AUTOPEÇAS TERÁ LONGO PERÍODO DE OCIOSIDADE
- BRASIL PRECISA EXPORTAR VEÍCULOS PARA ALÉM DA AMÉRICA LATINA
- TOYOTA ANUNCIA RECALL DE PRIUS POR FALHA EM AIRBAG
- GM SPARK GT TEM A PIOR NOTA EM TESTE DO LATIN NCAP
- MARELLI FORNECE PARTIDA A FRIO DO UNO 2017
- NOVA VERSÃO DO NX, DA SIEMENS, INOVA NO DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS COM O USO DE MODELAGEM CONVERGENTE
- ILHA DA AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL VAI LEVAR PALESTRAS DE ALTO NÍVEL À MECÂNICA NORDESTE
- TOKYO STEEL CORTA PREÇOS PARA OUTUBRO EM ATÉ 13% DIANTE DE DEMANDA MORNA
- COMPRAS DE AÇO PELA REDE DE DISTRIBUIÇÃO SOBE 20,5% EM AGOSTO, DIZ INDA

CÂMBIO		
EM 20/09/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,263	3,264
Euro	3,645	3,647

Fonte: BACEN

Informativo Washington

20/09/2016 – Fonte: CNI

O **Informativo de Washington** (*edição agosto de 2016*) já está disponível para leitura. A publicação mensal tem o objetivo de informar o setor privado brasileiro sobre os últimos acontecimentos e a agenda em destaque do governo dos Estados Unidos.

Destaques desta edição:

- Executivo envia medida sobre implantação da TPP ao Congresso;
- Congressistas reafirmam dificuldade em votar a TPP em 2016;
- EUA e Índia avançam no Diálogo Estratégico e Comercial bilateral;
- Conselho Industrial dos EUA publica novas recomendações;
- Guia orienta rotulagem para carnes, aves e ovos que não possuem ingredientes geneticamente modificados;
- Congressista questiona abertura do comércio de carne in natura;

JR Mendonça de Barros: governo está longe de consenso sobre política industrial

20/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

O ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e atual sócio da MB Associados, José Roberto Mendonça de Barros, disse nesta segunda-feira, 19, para empresários da indústria que do ponto de vista do discurso da política do governo há um grande desafio pela frente.

De acordo com ele, se o governo conseguiu reunir unanimidade de que há um desarranjo macroeconômico de tal natureza que faz com que uma pauta macroeconômica se imponha, a parte seguinte, que inclui uma política industrial, está longe de obter um consenso.

“Uma vez aceito que tem que botar as contas públicas no lugar, que a taxa de juros tem que baixar, etc., vem a segunda parte e essa é a mais difícil e que certamente teremos que discutir daqui para frente”, disse José Roberto durante sua participação no seminário “Perspectivas para a Economia Brasileira nos Próximos Anos”, na Federação da Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

A questão, de acordo com o economista, é saber como fazer com que a retomada do crescimento seja um pouco maior e sustentável. “Não é só a parte macro que interessa. Tem uma parte micro fundamental”, acrescentou.

De acordo com José Roberto Mendonça de Barros, há que se registrar que na agenda fiscal o governo precisa escolher as coisas que ele pode fazer. “E aprendi que um governo novo pode muitas coisas, mas não pode tudo. Então, ele tem que escolher o que pode fazer. E a PEC dos gastos, certamente, é a mais feliz destas escolhas”, observou o ex-secretário da Fazenda.

Ele disse que tem que ser registrado ainda que nas duas ou três semanas passadas, embora tenha ficado uma imagem complicada, o governo finalmente fincou o pé.

“Não pode mais ter reajuste salarial no setor público. Não faz sentido, com os problemas de finanças públicas, com a recessão do País, ter reajustes gigantescos para grandes corporações públicas, dos defensores públicos terem mudado a agenda de reajustes do Supremo Tribunal Federal. Não vai ter e ponto”, observou o sócio da MB Associados.

Outro ponto que na avaliação do ex-secretário foi positivo foi o governo federal ter falado para os Estados que não haverá mais antecipações para os governadores. “O

que está feito está feito. Isso é fundamental porque os próprios Estados, antes de fazer seus ajustes difíceis, iam tentar espetar o governo federal como sempre fizeram”, disse.

José Roberto afirmou ainda que o mercado está subestimando o tamanho dos recursos que virão para o País com a repatriação de capitais.

“Conversando com os bancos, em especial com os escritórios de advocacia, todos dizem a mesma coisa: vai ser uma inundação de dinheiro. Nós achamos na MB que é possível que em vez dos R\$ 20 bilhões, que se não estou enganado está no Orçamento, possa chegar a R\$ 70 bilhões, R\$ 80 bilhões, o que daria um fresco fenomenal”, disse.

O problema é que esses recursos exercerão uma pressão sobre o dólar. “E aí sim ele vai para R\$ 3,00. Não tem como escapar porque uma parte desse dinheiro vai ser paga com recursos que virão do exterior”, afirmou.

Editorial: **Flexibilização trabalhista**

20/09/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

As relações entre trabalho e capital no mundo moderno seguem mudando continuamente e as novas profissões exigirão flexibilidade nos tipos de contrato



A legislação trabalhista brasileira se inspirou na *Carta del Lavoro*, base da legislação italiana implantada pelo ditador Benito Mussolini. Apesar de atualizações e alterações, a essência da legislação atual ainda mantém os princípios da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), criada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1.º de maio de 1943, pelo presidente Getúlio Vargas, a qual unificou toda legislação trabalhista então existente no Brasil. A CLT é norma legislativa sobre o Direito do Trabalho e o Direito Processual do Trabalho, e nasceu quando o Brasil era um país eminentemente rural.

Até meados dos anos 70, praticamente metade da população brasileira vivia na zona rural; a partir de então, a realidade demográfica começou a se alterar e a modificar a paisagem urbana do país.

Com a mecanização da agricultura e à medida que a industrialização foi se expandindo, a população passou a se concentrar cada vez mais na zona urbana, sobretudo nas grandes regiões metropolitanas, e a CLT passou a apresentar falhas e a exigir modificações para regular o trabalho nas fábricas e no comércio.

A rigidez da CLT e sua inadequação para a complexidade do mundo moderno é visível. Os problemas criados pela rigidez da CLT começaram a se agravar nas três últimas décadas em função da complexidade das grandes cidades e da predominância do emprego no setor de comércio e serviços.

Um exemplo está na dificuldade de negociar jornadas, turnos e horários flexíveis, combinados entre patrão e empregado sem a necessidade de paternalismo de autoridade estatal.

Um empregado doméstico não consegue firmar contrato para trabalhar três dias na semana e com variação dos dias e turnos trabalhados em cada semana; uma mãe, enquanto espera o filho sair da escola, não tem apoio legal para trabalhar duas horas e meia à noite durante a semana e cinco horas no sábado, porque isso foge do padrão regular.

A rigidez da CLT e sua inadequação para a complexidade do mundo moderno é visível, e o governo Temer fala em apresentar projeto de lei ao Congresso Nacional para fazer uma mudança simples: elevar para 12 horas diárias o limite de jornada de trabalho.

A jornada normal continuaria sendo de oito horas diárias, mas, nos casos em que a peculiaridade do trabalho o exigir, poderiam ser firmados acordos entre as partes para jornadas normais de até 12 horas, a exemplo de médicos, enfermeiros, pilotos de avião, analistas químicos e profissões que trabalham em formato de plantões.

Porém, independentemente do mérito da proposta do governo, que não pretendemos discutir neste momento, o que realça nessa discussão é a prevalência do fanatismo e dos dogmas, tornando o debate praticamente impossível e elevando a CLT à condição de monumento perfeito e intocável, quando a realidade é o oposto.

A CLT precisa e deve ser alterada com urgência, pois as relações entre trabalho e capital no mundo moderno – com tecnologias novas, funções novas e realidades que não existiam há poucos anos – seguem mudando continuamente e as novas profissões exigirão flexibilidade nos tipos de contrato.

Os argumentos contra qualquer alteração na legislação que regule as relações entre o capital e o trabalho sempre parecem nobres: não retirar conquistas salariais (como 13.º salário e férias) e impedir a escravização do trabalhador.

Mas uma coisa é preservar os elementos essenciais à dignidade do trabalhador, e outra é tornar qualquer diálogo impossível e inviabilizar a modernização da legislação para atender à realidade atual.

No fim, os próprios trabalhadores acabam sendo prejudicados, pois a legislação arcaica segue sendo obstáculo ao crescimento econômico e à melhoria das condições sociais e de trabalho.

Jornada de trabalho não será alterada com reforma, reafirma ministro

20/09/2016 – Fonte: Bem Paraná

A jornada de trabalho não será alterada em uma eventual reforma trabalhista, disse o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, diante de uma plateia de sindicalistas nesta segunda (19).

A afirmação, que vem sendo reiterada pelo ministro nos últimos dias, é uma tentativa de conter a repercussão negativa após uma fala de Nogueira ter sido interpretada como uma defesa da ampliação da jornada diária para 12 horas.

Foi pelo menos a segunda vez no mesmo dia em que o ministro disse que a jornada não será ampliada, que os direitos trabalhistas não serão retirados, mas "consolidados", e que os trabalhadores não serão "surpreendidos" por uma reforma, mas participarão o tempo todo da discussão. No início da tarde, Nogueira já havia feito o mesmo discurso na sede do Fequimfar (sindicato dos trabalhadores da indústria química e farmacêutica de São Paulo).

O discurso foi repetido durante lançamento de edição comemorativa do livro "1 de Maio", de autoria do ex-senador italiano José Luiz Del Roio, publicado originalmente há 30 anos.

"Além de ser da minha natureza conviver entre trabalhadores, eu sigo orientação do presidente Michel Temer para que o ministério exerça um amplo diálogo com todos aqueles que fazem parte do mundo do trabalho", disse o ministro no evento de lançamento do livro. Nogueira também afirmou que nenhum direito assegurado pela CLT será retirado, como o 13º salário e as férias.

Segundo ele, há três eixos que norteiam a reforma trabalhista: segurança jurídica para acordos entre sindicato e empregadores, fomento da ocupação com renda e consolidação de direitos.

O lançamento do livro ocorreu na sede do sindicato dos comerciários de São Paulo e teve a participação de lideranças da Força Sindical, UGT, CTB, CSB, Nova Central, entre outras.

A senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) e candidata à Prefeitura de São Paulo também participou do evento. Em seu discurso, ela disse querer "reafirmar" seu compromisso com aos trabalhadores e fez críticas à "qualidade da disputa eleitoral" em São Paulo.

Governo e sindicalistas citam acordos de leniência para retomar economia

20/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

Os acordos de leniência das construtoras investigadas pela Operação Lava Jato foram citados como exemplo de medida que pode ser adotada pelo Fórum Nacional do Desenvolvimento Produtivo para retomar rapidamente a atividade e o emprego.

"Parece que as pessoas têm medo de dizer que os que cometeram crime devem ser presos, mas não pode fechar as empresas", disse o deputado Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força (Solidariedade-SP), que esteve em reunião realizada nesta terça-feira, 20, no Palácio do Planalto sobre a instalação de câmaras setoriais, agora batizadas como Fórum Nacional do Desenvolvimento Produtivo.

Segundo o assessor especial do presidente Michel Temer Sandro Mabel, o governo já editou uma Medida Provisória tratando desses acordos, mas ela enfrenta resistência do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Ministério Público – e por isso a MP está parada no Congresso Nacional. "Se for o caso, faremos ajustes", disse Mabel.

Outro exemplo citado na reunião que discutiu a criação do Fórum foi o programa de renovação de frota. Esse depende de crédito. Mas, segundo admitiram os sindicalistas presentes ao encontro, de nada adianta criar esse programa se não houver demanda.

"Desoneração, os empresários já tiveram muita" disse o representante da CUT, Valeir Ertle, minimizando a falta de espaço fiscal para cortar tributos. Ele acrescentou que esses benefícios fiscais não trouxeram retorno na forma de emprego.

Orientação do governo é preservar 'todos os direitos trabalhistas', diz ministro

20/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, ressaltou nesta segunda-feira, 19, que a orientação do governo Michel Temer "é de que todos os direitos trabalhistas serão preservados".

De acordo com o ministro, "não faz parte da agenda do governo retirar o 13º salário, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), aviso prévio, férias, vale transporte e vale refeição. A jornada de trabalho permanecerá como está", disse em evento no Sindicato dos Comerciários de São Paulo.

“A minha tribo é o trabalhador”, destacou o ministro, dizendo que já foi desempregado e foi um dos fundadores do sindicato de comerciários em Carazinho, no Rio Grande do Sul. Ele disse que a política do governo é tornar o trabalhador como protagonista.

“Visamos atualizar a legislação trabalhista em três eixos: segurança jurídica, criar oportunidades de ocupação para 12 milhões de pessoas sem emprego e consolidar direitos, não revogá-los.”

Ministério do Desenvolvimento estuda linha de crédito à exportação para 2017

20/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Marcos Pereira, disse nesta segunda-feira, 19, que sua Pasta está estudando com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) uma linha de crédito à exportação para ser lançada no ano que vem.

“No que se refere ao crédito para exportação, nós já estamos estudando com o BNDES uma linha para ser lançada no próximo ano”, disse o ministro depois de ter feito palestra dentro do seminário “Perspectivas para a Economia Brasileira nos Próximos anos”, que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) realiza nesta segunda-feira.

“Eu tenho conversado bastante também com o presidente do Banco do Brasil. É importante que se tenha noção de que o governo está efetivo há pouco mais de duas semanas. Mas nós estamos trabalhando com esse tema no que se refere ao crédito”, disse Pereira.

Com relação aos juros, o ministro preferiu não tecer comentários. Disse que o seu colega da Fazenda, Henrique Meirelles, já falou enfaticamente sobre o assunto. “Nós temos confiança de que na medida em que os números alcançarem o que a gente quer, na medida que for aprovada a PEC do limite dos gastos, os juros tendem a cair, não tenha dúvida”, afirmou o ministro do Desenvolvimento.

Para Marcos Pereira, é preciso ter um pouco de paciência porque o governo está trabalhando, fazendo o dever de casa para avançar.

Processo de desindustrialização continua se agravando, avalia Abimaq

20/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

O processo de desindustrialização no Brasil continua se agravando e o governo precisa tomar medidas no sentido de prover competitividade à indústria, disse nesta segunda-feira, 19, o presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), João Carlos Marchesan.

“A crise no setor de máquinas e equipamentos é grave. A queda do faturamento em relação a 2013 é de 50%. Nas últimas semanas tivemos várias reuniões com o governo e apresentamos nossos pleitos”, afirmou Marchesan, na abertura do 2º Congresso Brasileiro da Indústria de Máquinas e Equipamentos.

Segundo ele, são necessárias medidas urgentes de proteção da indústria nacional. “O momento é adequado de se aprender com os erros do passado”, comentou.

Para se falar em retomada da economia, o presidente do Conselho da associação afirmou que os olhares estão para o ajuste fiscal, com foco no estabelecimento de um teto para as despesas públicas, equacionamento do déficit da previdências e modernização da relação entre o capital e o trabalho. “Apoiamos o esforço do governo

e do congresso para aprovar as medidas necessárias. O ajuste das contas públicas é condição para a retomada do crescimento”, disse.

Marchesan conta que a Abimaq contratou uma pesquisa junto a Serasa, que mostrou que 75% das empresas do setor, de um universo de 7.500 companhias, tem algum tipo de pendências com o Fisco.

“Defendemos que juntamente com o ajuste o governo traga medidas de política industrial, para o setor produtivo melhorar as margens e produção”, destacou.

Confiança do empresário industrial é a maior desde janeiro de 2014, diz CNI

20/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

A confiança do empresário industrial cresceu pelo quinto mês consecutivo e já é a maior desde janeiro de 2014. O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) de setembro, divulgado nesta terça-feira, 20, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), ficou em 53,7 pontos, um aumento de 2,2 pontos na comparação com agosto e uma alta de 18 pontos na comparação com setembro do ano passado.

Pela metodologia da pesquisa, valores acima de 50 pontos indicam confiança do empresário. Segundo a CNI, pela primeira vez desde abril de 2014, empresários de empresas de todos os portes (pequenas, médias e grandes) registraram índices superiores a 50 pontos.

Com relação aos segmentos industriais (extrativa, transformação e construção), em setembro, todos registraram um índice de confiança superior a 50 pontos, o que também não acontecia desde março de 2014. A indústria de transformação registrou índice de 54,4 pontos em setembro; a extrativa, 53,9 pontos; e da construção, 51 pontos.

Expectativas

A pesquisa da CNI também revela que as expectativas dos empresários industriais melhoraram em relação aos próximos seis meses. Com relação ao futuro da economia, o indicador de expectativa subiu de 52,3 pontos em agosto para 55,9 pontos em setembro.

O índice de expectativa sobre o desempenho das empresas passou de 58,2 pontos para 60,2 pontos, no mesmo período de comparação. A CNI destaca que “empresários confiantes tendem a manter ou ampliar projetos de investimentos, o que aquece a atividade e estimula o crescimento econômico”.

O levantamento da CNI foi feito entre os dias 1º e 14 de setembro, com 3.155 empresas em todo o País.

Em meio à crise, maiores empresas do Paraná veem faturamento minuar em 2015

20/09/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



O auge da crise econômica pode ter passado, mas muitos empresários ainda contabilizam as perdas que se acumularam ano passado e fizeram muitos negócios iniciarem 2016 no vermelho. Divulgado semana passada pelo jornal “Valor Econômico”, o ranking **Valor 1.000**, que elenca as mil maiores empresas do país,

mostra que o faturamento das grandes companhias paranaenses diminuiu o ritmo de crescimento em 2015 e ficou em 8,2%, abaixo da inflação do período, de 10,67% – em 2014, o aumento médio da receita havia sido de 15,6%.

O ranking do valor, divulgado há 16 anos em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Serasa Experian, traz como principal indicador a receita líquida das empresas.

A própria presença das paranaenses na lista é outro dado que mostra o peso da crise no estado – o número de companhias do Paraná na relação baixou de 78 em 2013 para 65 ano passado (veja infográfico).

Por outro lado, a fatia de empresas com retração na receita em relação ao ano anterior aumentou: em 2013, apenas 9% das paranaenses na lista viram o faturamento diminuir, porcentual que passou para 26% em 2015.

Retomada?

A expectativa de economistas é que os números negativos de 2015 mostrados pelo ranking **Valor 1.000** não voltem a se repetir este ano – pelo menos não com a mesma intensidade.

A mudança de governo com o impeachment e a retomada de alguns indicadores – como os índices de confiança dos empresários e consumidores, que já estão nos maiores níveis em mais de um ano – dão munição para os que esperam com ansiedade o fim da recessão.

“A economia e a política são gêmeas bivetelinas, uma vive em função da outra. A mudança de governo gera expectativas positivas. As grandes empresas queimaram ano passado a gordura que tinham e agora é o momento da retomada”, afirma o economista Carlos Magno Bittencourt, da PUC-PR.

O encolhimento da receita, diga-se de passagem, não é exclusividade do Paraná. Descontada a inflação, o faturamento das mil companhias brasileiras do ranking registrou uma variação negativa de 2,8%, média similar à do Paraná – e o pior resultado para o país desde a retração de 5,2% em 2009, durante a crise internacional.

Como de praxe, a diminuição da receita afetou diretamente o lucro e, na soma total das empresas, o prejuízo registrado foi de R\$ 81,6 bilhões, o maior da história do levantamento.

“Os números preocupam. A deterioração dos indicadores reflete o cenário de estresse político e econômico que vivemos. Não me lembrava de tantos prejuízos e resultados negativos como os ocorridos em 2015”, afirma, na publicação do Valor, o especialista setorial da Serasa Experian, João Machado.

Ruim, mas nem tanto

Há quem, no entanto, prefira observar o “copo meio cheio” e avaliar o lado positivo dos números. O economista Carlos Magno Bittencourt, professor de Ciências Econômicas da Escola de Negócios da PUC-PR, lembra que também é preciso comparar o aumento do faturamento das paranaenses em 2015 com a evolução do PIB – que, neste caso, teve retração de quase 4% no ano passado.

“Se o cenário econômico é recessivo e mesmo assim as empresas apresentaram na média uma evolução positiva, é uma ótima performance”, pondera.

Além disso, reforça Bittencourt, o ranking também volta a destacar a força de determinados setores na economia do estado. Em especial o agronegócio, atividade que tem 13 representantes na lista paranaense, a maioria cooperativas e todas com evolução na receita na casa de dois dígitos. As grandes do setor de alimentos e bebidas

também driblaram a desaceleração, com oito companhias no ranking e faturamento crescendo entre 11% e 33%.

"Caçula" no mercado nacional, usina paranaense vê receita aumentar 40%



Entre as maiores empresas paranaenses listadas no ranking **Valor 1.000**, houve quem passou longe da média de 8% de crescimento na receita – tanto para cima quanto para baixo. Enquanto 17 amargaram retração no faturamento no ano passado, outras 17 conquistaram um aumento na receita acima dos 20%.

No topo da lista está a Potencial Biodiesel, que faturou ano passado R\$ 528,6 milhões, um valor 40% acima do registrado em 2014.

A companhia opera há três anos uma usina de biodiesel na Lapa, Região Metropolitana de Curitiba, o que a faz ser a "caçula" deste mercado no país. A empresa pertence ao grupo petroquímico Potencial, que por sua vez desponta na segunda colocação do ranking de maior aumento na receita.

A Potencial Biodiesel atende distribuidoras de combustíveis nacionais por meio dos leilões bimestrais conduzidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Não por coincidência, o aumento na receita veio junto de uma expansão da capacidade de produção da usina – a unidade passou por obras de ampliação em 2015 e também neste ano, que aumentaram sua capacidade anual para 382 milhões de litros de biodiesel. O investimento total nas adequações deve ultrapassar os R\$ 80 milhões.

"Essas ampliações fazem parte de nosso planejamento estratégico. O ramo de combustíveis é muito competitivo, com margens apertadas. A única forma de ganhar nesse mercado é produzindo em escala, e foi essa a nossa intenção", afirma o diretor superintendente da empresa, Luiz José Meira.

A aposta na ampliação da produção foi reforçada com o novo marco regulatório do setor que prevê, ao longo dos próximos anos, a ampliação do percentual de biodiesel no óleo diesel, que chegará aos 10% em 2019 –hoje a mistura é de 7%.

"A tendência é que aumente a demanda, mas sabemos que não vamos atingir, neste ano, o mesmo resultado (aumento da receita) de 2016. Tivemos que parar a produção por mais de 30 dias para as obras de ampliação e nossa intenção é aumentar a produção gradativamente", diz Meira.

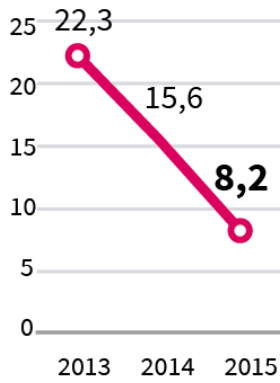
O CAIXA E A RECESSÃO

O ritmo de crescimento do faturamento das maiores empresas do Paraná despencou em 2015, em comparação com os anos anteriores – a ponto de ficar abaixo da inflação.

A relação leva em conta as companhias listadas no ranking Valor 1.000, do jornal Valor Econômico, que traz as mil maiores empresas do país com base na receita líquida.

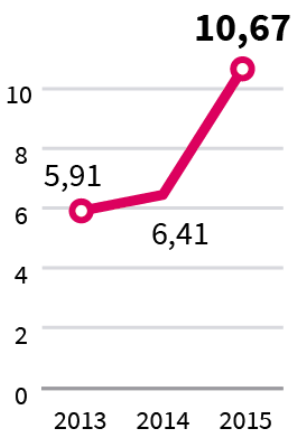
Crescimento médio das empresas

Em %



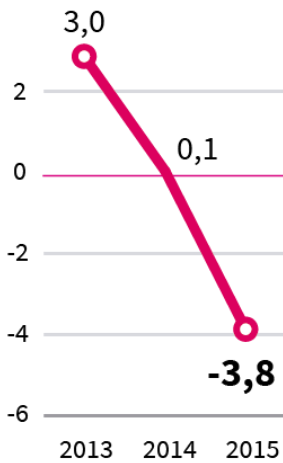
Inflação

Em %



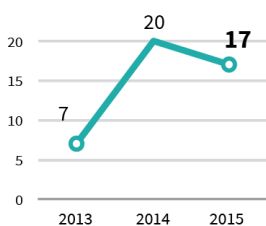
Evolução do PIB

Em %

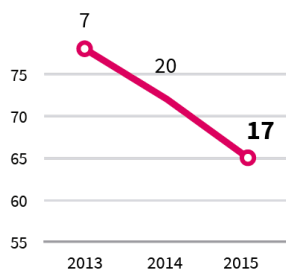


Deixando o grupo

A fatia de empresas do estado que tiveram retração na receita de um ano para o outro aumentou desde 2013...



... enquanto o número de empresas paranaenses que aparecem no ranking diminuiu



Extremos

A crise econômica afetou as maiores empresas paranaenses de diferentes formas no ano passado.

EXTREMOS

A crise econômica afetou as maiores empresas paranaenses de diferentes formas no ano passado.

Maiores aumentos na receita

Empresa	Atividade	Receita líquida (R\$)	Varição (%) ¹
Potencial Biodiesel	Química e petroquímica	528,6 milhões	40,4
Potencial	Petróleo e gás	1,7 bilhão	39,6
GT Foods Group	Alimentos e bebidas	1,7 bilhão	33,7
Lar	Agropecuária	3,9 bilhões	31,3
Cia. Sulamericana de Distribuição	Comércio varejista	1,6 bilhão	30,7

Maiores retrações na receita

Empresa	Atividade	Receita líquida (R\$)	Varição (%)
Tradener	Energia elétrica	718,9 milhões	-38,6
Pesa	Comércio varejista	786,5 milhões	-33
J. Malucelli	Construção e engenharia	492,8 milhões	-27,8
Arcelormittal Gonvarri	Metalurgia e mineração	417,2 milhões	-24,6
Gestamp Brasil	Veículos e peças	776,4 milhões	-22

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

Greve dos bancários completa 14 dias com 56% das agências fechadas no país

20/09/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



A greve dos bancários completa nesta segunda-feira (19) 14 dias, com 56% das agências de todo o país fechadas. A última rodada de negociação entre bancos e trabalhadores ocorreu na quinta-feira. Não há data para uma nova reunião.

Segundo a Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Paraná (FETEC-CUT-PR), em todo o estado são 791 agências e dez centros administrativos paralisados – no total, mais de 19 mil trabalhadores participam da greve no Paraná.

O Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região marcou uma assembleia para esta segunda-feira à tarde. O encontro, no entanto, tem caráter apenas organizativo.

Impasse

Os bancos oferecem 7% de reajuste mais R\$ 3,3 mil de abono salarial. A categoria, no entanto, reivindica 14,78% de reajuste.

A categoria também reivindica participação nos lucros e resultados de três salários mais R\$ 8.297,61; piso salarial de R\$ 3.940,24; vales-alimentação, refeição, décima-

terceira cesta e auxílio-creche/babá no valor do salário mínimo nacional (R\$ 880); 14º salário; fim das metas abusivas e assédio moral; fim das demissões, ampliação das contratações, combate às terceirizações e à precarização das condições de trabalho; mais segurança nas agências bancárias e auxílio-educação.

Os bancários entregaram a pauta de reivindicações no dia 9 de agosto. A data-base da categoria é 1º de setembro e a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) tem validade nacional. Em todo o país, a categoria soma cerca de 512 mil pessoas.

Para a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), se somados o abono e o reajuste, haverá "ganho superior à inflação na remuneração do ano da grande maioria dos funcionários do sistema bancário".

Greve dos bancários dificulta saque de FGTS e seguro-desemprego

20/09/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



A greve dos bancários chegou, nesta quarta-feira, a seu 15º dia. Apesar de os bancos oferecerem atendimento eletrônico para quase todos os tipos de transações, algumas operações acabam sendo prejudicadas no período de greve, especialmente nas instituições públicas. Quem não tem conta na Caixa, por exemplo, tem mais dificuldade para receber benefícios como FGTS e seguro-desemprego.

Pessoas que já têm conta na Caixa terão o valor do seguro-desemprego depositado. Aqueles que não possuem conta, mas têm o cartão do cidadão podem sacar o benefício nas casas lotéricas.

Já o FGTS só pode ser recebido nas lotéricas por portadores do cartão do cidadão se o valor for de até R\$ 1.500. Acima disso, a pessoa precisa se dirigir a uma agência da Caixa. E, neste caso, o atendimento fica sujeito à boa vontade do bancário.

Os serviços de financiamentos oferecidos pelas instituições bancárias também estão sendo afetados. "Vim tentar fazer um Construcard (da Caixa, para financiamento de obras). É a segunda agência em que tento, mas não consigo atendimento. Vou ter que esperar mesmo", afirmou o jornalista Felipe Caruso, de 31 anos.

Já no Banco do Brasil visitadas pela reportagem não havia ninguém para ajudar os clientes que tinham dúvidas. Nas agências, havia apenas seguranças. Entre as queixas feitas pelos clientes do Banco do Brasil estava o mau funcionamento dos caixas eletrônicos. Com a paralisação, os usuários são orientados a realizar operações através do autoatendimento, mas quando chegam às agências, os aparelhos não funcionam.

Outro problema que seria facilmente resolvido fora do período de greve, mas durante a paralisação pode acabar se tornando um transtorno para os clientes é o bloqueio dos cartões de débito. A aposentada Regina de Barros bloqueou seu cartão do Banco do Brasil por errar a senha e agora não consegue liberá-lo.

A última rodada de negociação entre bancos e bancários aconteceu na última quinta-feira, mas não chegou a nenhum acordo. A próxima rodada ainda não foi marcada.

Sem ajuste fiscal, país terá outra década perdida, diz Fiesp

20/09/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



Federação lançou campanha nacional contra o aumento de impostos e agora passa a engrossar o coro pelo ajuste fiscal José Cruz/Agência Brasil

Sem avançar nas principais reformas de ajuste fiscal — como o corte de gastos do governo no curto prazo, a aprovação da PEC do teto dos gastos do governo, reforma da previdência e redução dos juros —, os indicadores da economia brasileira vão piorar muito nos próximos anos e o Brasil teria mais uma década perdida em termos de crescimento econômico.

A conclusão é de um estudo divulgado nesta segunda-feira (19) pelo Departamento de Competitividade e Tecnologia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

De acordo com o estudo, sem reformas, a carga tributária, que atualmente está em torno de 33%, subiria a 44,5%, e o juro real atingiria 10% ao ano até 2026. O crescimento econômico, que seria retomado e poderia chegar a 4,8% em 2026, com as reformas, não passaria de 0,1% nos próximos anos, condenando o país a mais uma década perdida.

“Sem as reformas, nossa carga tributária, que já é a maior da América Latina e uma das maiores do mundo, subiria ainda mais e o juro real chegaria a 10%, o que dificilmente atrairia investimentos. E, em termos de crescimento do PIB, teríamos mais uma década perdida”, resumiu José Ricardo Roriz Coelho, vice presidente da Fiesp e diretor do departamento de competitividade.

Segundo o estudo, sem as reformas, a dívida pública, como proporção do PIB, chegaria a 167,4%, enquanto que com as reformas implementadas ela tende a ficar em 75% até 2026. Em julho passado, essa proporção estava em 69,5%.

Despesas x receitas

O estudo mostra que enquanto o PIB cresceu 48,7%, entre 2001 e 2015, as despesas do governo avançaram 128%, com as receitas avançando 85,1%. Até recentemente, a conta do descontrole do gasto fechava com o crescimento das receitas, mas estas começaram a declinar ainda no final do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, quando a economia brasileira perdeu fôlego.

Roriz observou que somente a aprovação do teto dos gastos do governo não será suficiente para o ajuste fiscal e para reduzir os gastos do governo. Isso porque as despesas obrigatórias continuarão crescendo, entre elas a Previdência. Segundo o estudo, sem uma reforma, a Previdência passará de 41% para 52% do total da despesa do governo entre 2016 e 2022.

O estudo afirma ainda que é necessária uma redução da taxa básica de juros antes mesmo das reformas. De acordo com o levantamento, em janeiro deste ano a inflação oficial estava em 10,7% enquanto a Selic era de 14,25%.

“Em julho, enquanto a inflação está em 8,7% a Selic permanece em 14,25%. Ou seja, em termos reais, os juros aumentaram de 3,5% para 5,4% em seis meses. No final de 2017, a expectativa do mercado é de uma inflação de 5,1% e da Selic em 11%, o

que sinaliza um juro real de 5,9%, o que mostra que o juro real vai continuar subindo até o final 2017”, disse Roriz.

O estudo defende um corte de juros de 3 pontos percentuais ainda este ano e de 1,75% em 2017, com a Selic chegando a 11,25% este ano e 9,5% no ano que vem, já que somente com a queda dos juros a economia se recupera e a arrecadação de impostos sobe.

Indústria em baixa

Ainda segundo o estudo, a participação da indústria no PIB caiu a níveis dos anos 1940. Era de 21,6% do PIB em 1985 e atualmente está em 11,4%. De acordo com o estudo, o desalinhamento cambial e o chamado custo Brasil são responsáveis pela desindustrialização do país.

“Há um diferencial de 30,1% de preços entre o produto nacional e o importado por causa desses fatores”, diz Roriz, observando que os empresários têm um retorno mais generoso aplicando em renda fixa do que na produção industrial.

Empresa espanhola testa turbina eólica que funciona sem hélices

20/09/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



Tecnologia funciona pelo princípio da vorticidade, que incentiva movimentos espirais do ar ao redor de um centro de rotação. Foto: Vortex/Divulgação

Já imaginou uma turbina eólica que funciona sem as hélices? Essa é a proposta da companhia espanhola Vortex. Além do ineditismo do formato, a novidade promete ser mais silenciosa que os modelos tradicionais, em torno de 50% mais barata e, de quebra, pela ausência das pás, mais segura às aves. Muitas acabam abatidas ao cruzar áreas de concentração de usinas eólicas.

A estrutura feita de fibra de vidro e carbono lembra um canudo gigante. Por não contar com engrenagens, parafusos ou partes móveis, segundo os criadores, tem preço mais acessível e manutenção facilitada.

Como maior diferencial, ao invés de usar o movimento circular das pás para transformar o vento captado em energia elétrica, ela utiliza a chamada vorticidade para fazer isso.

A condição incentiva movimentos espirais do vento ao redor de um centro de rotação. Ao percorrer toda a extensão do mastro, ele vibra. Na base do cone são instalados dois ímãs repelentes. Quando o cone oscila para um lado, os ímãs puxam-no para o outro.

O movimento é contínuo e não depende, necessariamente, de ventos fortes para acontecer. Por fim, um alternador que multiplica a frequência de oscilação do mastro transforma a energia cinética em elétrica. [Veja como funciona.](#)

Busca por apoio e planos de expansão

Por enquanto, a novidade está apenas em fase de testes. Alguns recentes, inclusive, mostraram que a estrutura tem um desempenho 30% inferior em relação ao modelo tradicional de hélices. Segundo a Vortex, no entanto, a deficiência pode ser

compensada pelo fato de ser possível incluir o dobro de turbinas no mesmo local onde são instalados metade dos modelos convencionais, que ocupam mais espaço.

A empresa responsável pela criação já levantou US\$ 1 milhão em recursos públicos e privados espanhóis para levar a solução para o mercado. Em breve, espera conseguir apoio nos Estados Unidos.

Uma campanha em um site de crowdfunding também foi lançada para ampliar as condições de apoio à tecnologia. De acordo com David Suriol, um dos sócios da Vortex, cerca de 200 e-mails chegam, por dia, de pessoas interessadas na novidade.

Inspiração

A inspiração para o projeto veio da observação da ponte Tacoma Narrows Bridge, construída na década de 1940 em Washington, nos Estados Unidos. Alguns meses após sua inauguração, ela caiu sobre o rio Tacoma, mas ficou mundialmente famosa pela capacidade de oscilar com a força do vento a partir do princípio da vorticidade.

Votação da reforma da Previdência deve ser concluída no 1º semestre de 2017, prevê ministro

20/09/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



O ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, disse nesta segunda-feira,(19) que a votação da reforma da Previdência na Câmara só deve ser concluída no primeiro semestre de 2017. Após participar de evento na sede da BM&FBovespa, no centro de São Paulo, Padilha disse a jornalistas que, até dezembro, espera a votação da matéria em comissão e, talvez, a primeira votação pelo plenário da Câmara.

Ele não quis projetar prazos para a votação da reforma previdenciária no Senado. Padilha assinalou, contudo, que, pelo menor número de membros da Casa, a tramitação no Senado tende a ser mais rápida.

“Não vamos conseguir concluir o trabalho na Câmara (neste ano). Será seguramente no primeiro semestre do ano que vem. Queremos ver se conseguimos rapidez no Senado para que ela entre em vigor o mais rápido possível”, disse.

“Cada casa tem as suas particularidades. Na Câmara, o trabalho é mais demorado. Temos que ter uma compreensão um pouco maior em relação à Câmara”, acrescentou.

Saúde e educação

O ministro-chefe da Casa Civil disse que serão rejeitadas pelo relator da matéria – o deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS) – as propostas de emendas que alteram índices de correção nos gastos com saúde e educação na proposta que estabelece um teto às despesas públicas.

Mais cedo, o ministro já tinha reiterado que exceções não seriam aceitas na proposta de emenda constitucional (PEC). “Teto é teto”, afirmou Padilha ao discursar no lançamento do ranking de competitividade dos Estados na sede da BM&F.

O ministro voltou a dizer que os gastos em saúde e educação já estão acima dos patamares mínimos estabelecidos pela Constituição. Também reiterou que os gastos nas duas áreas continuarão crescendo em linha com a inflação.

Após participar do evento, Padilha manifestou a jornalistas que o governo está confiante na aprovação da PEC até o fim do ano tanto na Câmara quanto no Senado.

“Temos uma base parlamentar entre 380 e 400 deputados. Temos, portanto, folga. Nossa articulação no Congresso é muito bem conduzida pela ministro Geddel (Geddel Vieira) e pelo líder do governo”, afirmou.

Ministro da Fazenda descarta revisão das desonerações e aumento dos impostos em 2017

20/09/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

Henrique Meirelles reforça importância da PEC do Teto ser aprovada ainda este ano



O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirma que os princípios básicos da PEC do Teto, que limita o crescimento dos gastos públicos à inflação do ano anterior, não podem ser alterados. “Se a proposta não for eficaz do ponto de vista de gestão fiscal, certamente teremos uma continuação, num grau maior ou menor, do problema atual”, diz.

Ele insiste em deixar com o Congresso a tarefa de dividir o insuficiente orçamento entre os setores. Mas não abre mão do limite de gastos. A seguir, os principais trechos da entrevista:

O que é negociável na PEC do teto dos gastos?

O processo de negociação é natural. Seria absolutamente surpreendente que uma PEC não tivesse todo esse debate. Existem os pontos básicos que, a princípio, não são negociáveis. O mais relevante é o teto em si, incluindo saúde e educação. O Congresso sempre terá a prerrogativa de alocar, dentro do Orçamento, a despesa que achar necessária.

E a redução do prazo de vigência de para sete anos?

O prazo tem de ser suficientemente longo para que a projeção de crescimento da dívida já seja moderada e comece a cair ainda no prazo de vigência da PEC para que os mercados, a economia e os próprios consumidores possam antecipar essa queda pública ao longo do tempo e isso possa ser refletido no presente, através das taxas de juros.

O Congresso pode desfigurar a proposta?

Não pode desfigurar a PEC. Se isso acontecer, não vai ter efeito nas expectativas e no crescimento da economia a curto prazo. Se a proposta não for eficaz do ponto de vista de gestão fiscal, certamente teremos uma continuação, num grau maior ou menor, do problema atual.

Os investidores querem saber se a PEC vai ser aprovada este ano. É viável?

A minha expectativa é que sim. De qualquer maneira, o Orçamento de 2017 já está de acordo com o teto. A aprovação ou não da emenda constitucional este ano não altera isso. Mas não há dúvida de que, do ponto de vista de expectativa da economia, a aprovação este ano é bastante importante.

No meio da discussão de PEC e da reforma da Previdência, apareceu a reforma trabalhista. O governo não está abrindo muitas frentes ao mesmo tempo?

A determinação do presidente é que devemos focar em primeiro lugar a PEC. Em segundo, a reforma da Previdência. Depois de aprovadas ou encaminhadas positivamente essas reformas, aí sim, vamos tratar de outras. O foco de discussão com o Congresso é a PEC.

Os estados serão socorridos?

É interesse de todos que o governo federal cumpra a meta de déficit primário de 2016. É fundamental para a confiança, a atividade e a retomada da arrecadação de todos. Portanto, não podemos fazer nada que sacrifique o cumprimento da meta.

Existe um espaço na LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) em que a União pode conceder aval para empréstimos contraídos pelos estados e pretendemos usar todo esse espaço para dar aval aos estados de tomar empréstimo até R\$ 20 bilhões ainda este ano. Isso é uma ajuda importante.

É um aval que viabiliza empréstimos a serem tomados pelos estados. Colocamos com muita clareza aos governadores que não há espaço fiscal além da meta de déficit primário de R\$ 170,5 bilhões.

No momento, não vemos esse espaço para outras medidas. Mas vem aí a repatriação que vai beneficiar uma série de estados e pode surpreender positivamente.

Há expectativa de arrecadar R\$ 70 bilhões com repatriação?

Não só não é tão alta, como não é um número específico. Nossa última projeção indica que pode variar entre R\$ 8 bilhões e R\$ 50 bilhões. E as pessoas estranham uma amplitude tão grande.

Mas a razão é muito simples: quando fazemos uma previsão, por exemplo, de arrecadação tributária, é uma coisa simples porque existe toda uma série histórica e projeções baseadas nessas séries. No caso da repatriação, não. Exatamente porque é um dinheiro que não foi declarado. Então, por definição, não há informação.

Depois do programa vai haver devassa dos recursos ainda mantidos ilegalmente no exterior?

Vai acontecer. Agora, a questão é: quanto há de recursos no exterior e quanto será efetivamente declarado? Não há dúvida de que nossa recomendação aos contribuintes é de que usem essa oportunidade, porque não haverá outra.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, está liderando movimento de mudança no processo às vésperas do prazo final. Como o senhor vê isso?

É prerrogativa do Congresso aprovar não só a Lei da Repatriação como qualquer lei. Podem, em tese, alterar. Nossa recomendação é não patrocinar nenhuma modificação, exatamente por estarmos muito próximos à data. Há um número razoável de contribuintes fazendo, ou em processo de conclusão de suas declarações.

Essa mudança de última hora pode virar um escândalo?

Acho que pode gerar muita controvérsia.

Em sua primeira entrevista como ministro, o senhor defendeu a revisão das desonerações. Ainda acha isso importante?

Vamos revisá-las. Mas isso será anunciado e implantado no momento adequado. Num momento em que a economia está em recessão e há sinais ainda tímidos de retomada do crescimento, não é o momento de reonerar.

Agora, não há dúvida que boa parte das desonerações não mostrou o efeito que se esperava. Mas não é momento de anunciar, porque no momento em que se anuncia, deve ser feito imediatamente.

Parece claro que o senhor não vai aumentar o imposto.

Para 2017, não. Para 2017, no Orçamento, não há previsão de aumento de imposto e nem de reonerar.

O senhor acredita em retomada do grau de investimento na gestão Temer?

Acredito que, sim, há possibilidade.

Brasil fecha 2015 com carga tributária de 32,66% do PIB, maior desde 2013

20/09/2016 – Fonte: Uol

A carga tributária bruta do Brasil subiu de 32,42% em 2014 para 32,66% do PIB (Produto Interno Bruto) em 2015, diretamente afetada pelo encolhimento da economia no ano, divulgou a Receita Federal nesta segunda-feira (19).

A Receita revisou o dado de 2014. Anteriormente, havia informado que a carga tributária em 2014 tinha sido de 33,47% do PIB.

Peso dos impostos aumentou

Segundo a Receita, a representatividade da carga tributária aumentou em 2015 apesar de ter havido queda real na arrecadação, em meio à recessão econômica, somando R\$ 1,928 trilhão. Como o PIB sofreu caiu 3,8%, o valor arrecadado passou a ter mais peso em relação ao produto.

Com o resultado, a carga passou a ter maior expressão sobre o PIB desde 2013, quando a relação foi de 32,67%.

União tem menor participação

A Receita destacou que apesar da recomposição de algumas alíquotas em 2015, as desonerações (quando o governo abre mão de cobrar alguns impostos) foram expressivas no ano, alcançando R\$ 108,6 bilhões, alta de 4% sobre 2014.

Em relatório, a Receita também informou que houve redução da participação da União na arrecadação total. Em 2015, ela foi de 68,26%, menor valor da série histórica iniciada em 2006.

Em contrapartida, a participação dos municípios subiu a 6,37% (maior da série), enquanto a fatia dos Estados caiu ligeiramente a 25,37%, ante 25,4% em 2014.

Resolução altera Simples Nacional

20/09/2016 – Fonte: Bem Paraná

Resolução publicada ontem no Diário Oficial da União faz alterações no Simples Nacional. O novo texto consolida e organiza dispositivos relativos à composição e ao momento do reconhecimento da receita bruta para fins de tributação no Simples Nacional, informou a Receita Federal.

Pela norma, compõem a receita bruta, dentre outros fatos geradores, os royalties, aluguéis e demais receitas decorrentes de cessão de direito de uso ou gozo, bem como as verbas de patrocínio.

Por outro lado, destaca a Receita Federal, não são componentes da receita bruta a remessa de mercadorias a título de bonificação, doação ou brinde (desde que seja incondicional e não haja contraprestação por parte do destinatário).

Reforma da Previdência em 2017 já será impressionante, diz Meirelles

20/09/2016 – Fonte: Bem Paraná

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou nesta segunda-feira (19) que, se a reforma da Previdência for aprovada no primeiro semestre de 2017, já será algo de "velocidade impressionante".

"Este é um processo gradual. Esperamos que a PEC [do teto de gastos] seja aprovada este ano. E a previdência será um assunto para o primeiro semestre de 2017", disse o ministro após participar de evento promovido pelo Lide em São Paulo.

Durante palestra a empresários, Meirelles defendeu que aprovação do teto de despesas e a reforma no sistema previdenciário sejam prioridades para o governo. Segundo ele, com as medidas, o superavit nas contas públicas deve vir até 2019.

RESERVA E CÂMBIO O chefe da equipe econômica também afirmou que a manutenção das reservas internacionais em patamares elevados é importante neste momento.

"Um país como o Brasil precisa de reserva para exatamente esses momentos de crise. Com crise política, episódios de corrupção, problemas de toda sorte, tivemos um mercado de câmbio absolutamente tranquilo", disse.

Hoje, o Brasil possui cerca de US\$ 377 bilhões em reservas internacionais, segundo dados do Banco Central. O ministro descartou ainda que o governo vá intervir no câmbio com o objetivo de impedir a volatilidade da moeda.

"O que diminui a volatilidade é a estabilidade da economia. O dólar chegou a R\$ 4,00. Alguns previam que chegaria a R\$ 6,00. Hoje está bem mais estável por causa da evolução política e econômica", afirmou.

Maioria de varejistas avalia estar com estoque inadequado, diz Fecomercio-SP

20/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

Os comerciantes varejistas da Grande São Paulo que consideram que o volume de seus estoques está em situação inadequada voltaram a ser maioria em setembro.

Pesquisa da Federação de Comércio de São Paulo (FecomercioSP) mostra que 50,2% do grupo de 600 empresários consultados considerou que seus estoques não estão em níveis adequados. Em agosto, pela primeira vez desde julho do ano passado, a parcela de empresários com estoques considerados adequados havia superado os 50%.

O índice de estoques atingiu 99 pontos neste mês, queda de 2,5% em relação a agosto, quando apresentou 101,6 pontos, após quatro altas consecutivas. O índice vai de zero (totalmente inadequado) a 200 (adequação total). A marca de 100 pontos é considerada a fronteira entre inadequação e adequação de estoque.

A retração deste mês foi motivada principalmente, segundo a FecomercioSP, pelo crescimento da proporção dos entrevistados que afirmaram possuir estoque abaixo do adequado, que passou dos 13,4% em agosto para 14,3% em setembro, alta de 0,8 ponto porcentual (p.p.).

Na comparação com o mesmo período de 2015, houve crescimento de 8,8% no índice, que registrou 91 pontos na época.

Na análise da assessoria econômica da FecomercioSP, o fato da maior parte da inadequação ser causada pelo estoque baixo representa uma perspectiva positiva, pois indica que "embora não haja um grande aquecimento das vendas, a oferta e a demanda estão se equilibrando e os piores momentos estão ficando para trás."

"A queda em setembro se deve mais ao aumento na proporção de empresários com estoques abaixo do desejado, o que não é de todo mal diante de um longo período de elevação média dos estoques e do comportamento do consumo nos últimos anos. Além disso, é uma boa notícia para a indústria que, com a redução dos estoques no comércio, deve receber novos pedidos", avaliou a entidade.

Além do aumento nos estoques abaixo do adequado, houve também crescimento de 0,4% no número de empresários que afirmaram estar com estoques acima do adequado, passando dos 35,5 pontos em agosto para 35,9 pontos em setembro. As duas altas ajudaram a rebaixar a proporção de empresários com estoques adequados, que caiu 1,3% no mês.

A FecomercioSP ainda aponta que o quadro deve melhorar com a implementação das medidas de ajuste fiscal pelo governo. A federação ainda comentou que o fim do processo de impeachment deve impulsionar a decisão de consumidores e empresários.

"A definição política deve acelerar um pouco as decisões de consumidores e, mais ainda, de empresários que passam a desengavetar projetos de investimento, gerando emprego, renda e girando a roda da economia e do consumo."

Natal

A expectativa da FecomercioSP é que o Natal deste ano seja um marco da retomada das vendas, com resultado positivo em relação ao ano passado. O marco não acontece em uma data comemorativa desde o final de 2013.

BC diz estar pronto para normalização da política monetária em economia avançada

20/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

No dia em que o Federal Reserve (o banco central norte-americano) começa sua reunião de política monetária que pode trazer mais pistas sobre os rumos dos juros nos Estados Unidos, o diretor de Política Monetária do Banco Central, Reinaldo Le Grazie, afirmou nesta terça-feira, 20, que a autoridade brasileira está preparada para a normalização da política monetária em economias avançadas. A declaração foi dada durante palestra na Conferência Anbima Cetip de Renda Fixa 2016 na capital paulista.

"Em meio à incerteza econômica global, o Banco Central do Brasil está preparado para o processo de normalização da política monetária das economias avançadas. Além disso, o Banco Central tem apoiado as iniciativas externas de maior regulação dos mercados financeiros e, em conjunto com o governo brasileiro, vem introduzindo medidas que ajudam a recuperar a economia e a ampliar a solidez das instituições financeiras no País", comentou.

Segundo Le Grazie, para retornar a um ambiente de estabilidade, confiança e crescimento, é preciso resgatar os pilares do tripé macroeconômico e aplicá-los de forma plena. "É preciso nutrir a responsabilidade fiscal, manter o controle da inflação e o regime de câmbio flutuante", afirmou.

Ele ressaltou que o controle da inflação é alcançado pelo emprego do sistema de metas. "Quanto mais tempo a inflação permanecer em torno da meta, maior será a

contribuição do Banco Central para que as correções de preços deixem de ser uma preocupação recorrente na tomada de decisão dos agentes”, afirmou, repetindo parte do discurso que fez ontem na Câmara Espanhola de Comércio.

Intervenções pontuais

O diretor de Política Monetária afirmou que intervenções pontuais que sirvam para corrigir distorções no câmbio são práticas saudáveis. “Intervenções pontuais, consistentes, relativamente previsíveis, que suavizam movimentos e sirvam para corrigir distorções são práticas saudáveis, desde que não alterem a trajetória de longo prazo da moeda, que é, em última instância, definida por um conjunto de fatores locais e externos”, afirmou. Segundo ele, o resultado da conta corrente brasileira mostra que o câmbio flutuante tem funcionado no Brasil.

O déficit em transações correntes acumulado em 12 meses, que chegou a US\$ 104 bilhões no final de 2014, pode terminar o ano de 2016 em torno de US\$ 15 bilhões, segundo a pesquisa Focus.

“Portanto, sem ferir o regime de câmbio flutuante, o Banco Central utiliza, sempre com a necessária parcimônia, as ferramentas cambiais de que dispõe”, explicou o representante do BC, ressaltando que o regime de câmbio flutuante é um dos pilares do tripé macroeconômico.

Com a crise, Estados perderam competitividade

20/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

A crise afetou dois indicadores de desempenho da competitividade dos Estados: a solidez fiscal e o potencial de consumo. Nesses dois quesitos, que sentem de frente o baque da atividade econômica, foram registradas as maiores movimentações no ranking de competitividade das 27 unidades da federação, revelou a edição de 2016 do ranking de competitividade dos Estados, elaborado pelo Centro de Liderança Pública (CLP), em parceria com a Economist Intelligence Unit e a Tendências Consultoria.

No estudo deste ano, foram consideradas 65 variáveis referentes a 2015, agrupadas em dez quesitos. No indicador geral de competitividade de 2016, não houve mudanças em relação à edição do ano passado na posição ocupada pelos quatro primeiros Estados. São Paulo, seguido por Paraná, Santa Catarina e Distrito Federal mantiveram as colocações de 2015.

São Paulo

Fabio Klein, analista de finanças públicas da Tendências, disse que os Estados mais ricos que estão no topo da lista conseguiram manter o status porque o desempenho favorável de outros quesitos compensou o resultado ruim da situação fiscal. São Paulo, que lidera o ranking de competitividade por dois anos seguidos, não tem posição tão confortável no quesito solidez fiscal: ocupa a 15.^a posição. Foi a pior colocação do Estado entre os dez grupos avaliados.

“Nos pilares inovação e potencial de mercado, que têm a ver com o tamanho da economia e com a capacidade de investir em pesquisa e desenvolvimento, São Paulo sempre sai na frente, assim como infraestrutura”, disse Klein.

Neste ano, Roraima liderou o ranking de solidez fiscal, seguido pelo Pará, Mato Grosso do Sul e Amapá. O que chama atenção é que esses Estados tiveram uma ascensão significativa na parte fiscal durante o último ano, apesar de, na classificação geral, não terem alcançado posição de destaque, exceto no caso de Mato Grosso do Sul.

Norte

Klein explicou que Roraima é o primeiro no ranking fiscal e ascendeu 12 posições porque neste ano foi incluído no quesito o resultado primário – receitas menos

despesas, sem incluir juros. "Roraima tem o melhor resultado primário, além de um endividamento muito baixo." Isso coloca o Estado no topo ante os demais.

Klein explicou o baixo endividamento dos Estados do Norte e Nordeste faz com que eles gastem menos com a dívida. Já nos Estados do Sul e do Sudeste, o desafio fiscal é maior. Isso porque o endividamento é mais elevado. Também são Estados mais industrializados e foram mais afetados pela crise.

Minas Gerais e Rio de Janeiro ocupam as últimas posições no ranking de solidez fiscal pelo fato de terem endividamento elevado. "Quem deve quebra", disse o governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), presente ao evento de premiação. Ele fez referência aos juros de 14,25% ao ano.

Klein destacou que o Paraná foge à regra dos Estados do Sul e do Sudeste. O Paraná, conseguiu se sair bem no conjunto fiscal e também no desempenho de outros indicadores. "Fizemos o ajuste fiscal em 2014, reduzimos mil cargos comissionados e ampliamos em 8% o investimento", disse Beto Richa, governador do Paraná (PSDB).

Para Luiz Felipe d'Ávila, diretor presidente do CLP, o ranking deste ano é uma fotografia de um dos momentos mais críticos: combina crise da economia com aumento do gasto público.

"A crise é uma oportunidade para fazer as reformas estruturais que o Estado precisa." Segundo ele, a PEC do gasto público, a reforma da Previdência e a reforma trabalhista são imprescindíveis para retomar a competitividade.

Tecsis demite 400 e desativa unidade de produção

20/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

A empresa Tecsis, principal fabricante de pás para usinas de geração eólica no País, demitiu 400 trabalhadores e desativou uma das seis unidades de produção na região de Sorocaba, interior de São Paulo.

De acordo com o Sindicato dos Químicos de Sorocaba e Região, a mudança de jornada na unidade principal da empresa reduziu o número de colaboradores em todas as linhas de produção. A fábrica operava 24 horas de segunda a domingo e passou a trabalhar 19 horas por dia de segunda a sábado. A empresa informou que a medida foi tomada para adequar a estrutura de produção aos contratos vigentes.

De acordo com o presidente do sindicato, Carlos Alberto dos Santos, o número de dispensados pode ser ainda maior. A Tecsis, diz ele, vem reduzindo gradativamente o número de trabalhadores desde 2014, quando tinha 7,8 mil empregados em seu quadro funcional na região, que inclui uma unidade em Itu. "O ano terminou com a Tecsis empregando 6,5 mil trabalhadores, mas as demissões prosseguiram em 2015 e o ano fechou com 5,9 mil empregados", informou Santos.

Conforme o relato, neste ano, as demissões não pararam. Em junho e julho foram dispensados 350 funcionários, sendo a maior parte da área administrativa, incluindo executivos e diretores da empresa.

Entre agosto e setembro, segundo o sindicato, foram dispensados mais 400 funcionários, o que reduz o quadro atual para cerca de 5 mil trabalhadores. "Diante de tudo isso, o Sindicato entrou em contato com a empresa e esta informou que as dispensas têm ocorrido em razão da redução dos pedidos, gerando queda na produção e, conseqüentemente, ociosidade dos trabalhadores", diz a nota da entidade. O sindicato informou ter iniciado negociação com a Tecsis para evitar novas demissões neste ano.

De acordo com Santos, o que se ouve é que a empresa está reduzindo as atividades nas plantas de Sorocaba e Itu para concentrar a produção na fábrica de Camaçari, na Bahia.

Indagada a respeito dessas mudanças, a empresa não se pronunciou. Sobre as demissões, a Tecsis informou em nota que as dispensas são decorrentes de mudança na jornada de trabalho na principal unidade da empresa em Sorocaba, mas não confirmou, nem desmentiu os números apresentados pelo sindicato.

"A alteração foi implementada para adequar a estrutura de produção aos contratos vigentes. Esta mudança implicou na redução do número de colaboradores e na realocação de funcionários nas demais plantas industriais", informa a nota.

Viver, ex-InPar, recorre à recuperação judicial para negociar dívida de R\$ 1 bi

20/09/2016 – Fonte: R7

Com dívidas que superam a marca de R\$ 1 bilhão, a Viver se tornou na segunda-feira, 19, a primeira incorporadora brasileira de capital aberto a entrar com um pedido de recuperação judicial. Atuando com fortes prejuízos e com sérias dificuldades para vender seu estoque de imóveis em meio à crise imobiliária, a companhia não conseguiu acordo ao tentar negociar diretamente com seus credores e teve de recorrer à via judicial.

O pedido de recuperação é mais um capítulo de uma história turbulenta. Criada como InPar em 1992 pelo empresário Alcides Parizotto - o fundador do Atacadão, que foi vendido ao gigante Carrefour -, chegou a ser uma construtora relevante nos anos 1990, mas sofreu bastante nos anos 2000 com a crise do mercado de flats. A companhia conseguiu abrir capital em 2007 - ano do "boom" dos IPOs na Bovespa - e, dois anos depois, o controle da empresa acabou repassado ao fundo americano Paladino.

Apesar dos novos sócios e da mudança de marca, a companhia seguiu em dificuldades. Em 2012, antes da crise do mercado imobiliário, a Viver já atrasava obras. Desde então, o problema só se agravou. A Alvarez & Marsal, consultoria conhecida por assumir negócios em dificuldades, entrou em campo.

Embora a Alvarez & Marsal assessore vários grupos em recuperação judicial - OAS, Galvão e GEP, dono da rede de moda Luigi Bertolli, entre outros -, a intenção era evitar a medida.

"Tentou-se o possível para salvar a empresa e equacionar a dívida em meio às dificuldades do mercado", disse na segunda-feira Luis De Lucio, diretor-geral da Alvarez & Marsal, ao Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado. "Mas essas medidas não foram suficientes."

Eficiência da política monetária será maior com sucesso de ajuste fiscal, diz BC

20/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

Ao abordar o terceiro pilar do tripé macroeconômico, o diretor de Política Monetária do Banco Central, Reinaldo Le Grazie, afirmou nesta segunda-feira, 19, que a responsabilidade fiscal contribui para a queda sustentável dos juros reais ao longo do tempo. Segundo ele, "a eficiência da política monetária do Banco Central será tanto maior quanto mais bem-sucedidos forem os esforços para a implantação de reformas e ajustes que fortaleçam o pilar da responsabilidade fiscal".

Le Grazie discursou durante evento na Câmara Oficial Española de Comércio em Brasil, em São Paulo. O diretor do BC afirmou ainda que é preciso modernizar o arcabouço regulatório e tributário “dos instrumentos de investimento, visando a atrair recursos privados disponíveis, tanto no Brasil quanto no exterior, para o financiamento da infraestrutura”.

No discurso, Le Grazie citou ainda a necessidade de se discutir “soluções que contribuam para a redução do custo de intermediação financeira, buscando maior eficiência no sistema bancário e diminuindo a diferença entre a remuneração oferecida aos investidores e o custo do crédito para o tomador final”.

No encerramento de seu discurso, Le Grazie destacou ainda a importância da comunicação do BC com a sociedade. Para ele, “transparência, previsibilidade e comunicação adequada contribuem para ancorar as expectativas dos participantes da economia, aumentar a credibilidade nas ações do Banco Central e, por consequência, combater a inflação com menor custo”.

Volume de cheques devolvidos baixou de 2,21% em julho para 2,13% em agosto

20/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

O número de cheques devolvidos pela segunda vez por falta de fundos caiu para 2,13% do total movimentado em agosto, mostra pesquisa divulgada nesta segunda-feira, 19, pela Boa Vista SCPC. O resultado representa uma queda na margem, já que em julho o nível ficou em 2,21%, mas é mais alto que o de agosto de 2015 (2,07%).

Em termos absolutos, 1.101.930 cheques foram devolvidos em agosto, o que representou um aumento de 5,6% na comparação com o mês anterior. Mas, segundo a Boa Vista SCPC, os cheques movimentados cresceram em uma proporção maior (9,6%) e chegaram a 51.704.060, o que levou à queda proporcional.

No acumulado do ano, o volume de cheques devolvidos em relação ao total movimentado atingiu 2,31%, ante 2,15% no mesmo período de 2015. Foi o maior nível para o acumulado em oito meses da série histórica iniciada em 2006.

Os cheques devolvidos recuaram 7,1% e os cheques movimentados caíram 13,7%. Também no acumulado do ano, a devolução de cheques de pessoas físicas diminuiu 8,1% e a de pessoas jurídicas recuou 4,1%.

Meirelles: reservas garantiram que Brasil enfrentasse crise com câmbio tranquilo

20/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou nesta segunda-feira, 19, que as reservas internacionais são muito importantes e garantiram que o Brasil enfrentasse a atual crise com um mercado de câmbio bastante tranquilo. “Essa é uma das bases que nós temos para a retomada do crescimento. Tem custo? Sim, como toda reserva de caixa tem”.

Ele lembrou uma conversa que teve com um banqueiro central de outro país, pouco depois de assumir o Banco Central do Brasil. Na ocasião, ele foi questionado por que o Brasil precisava acumular reservas. “Eu respondi que, quando eles chamarem o Brasil de uma economia avançada, não precisaremos mais de reservas. Entretanto, enquanto tiver volatilidade, risco elevado, como temos, nós precisamos.”

A declaração foi uma resposta a um dos ouvintes da palestra de Meirelles no almoço-debate promovido pelo LIDE, que perguntou se não seria possível utilizar as reservas

para abater da dívida pública. “Muitos de nós cresceram sob a sombra da ameaça de crises cambiais. O (Mário Henrique) Simonsen dizia que a inflação aleija e o câmbio mata. Isso desapareceu da perspectiva dos brasileiros. Por quê? Porque nós temos reservas. Países como o Brasil precisam de reservas para períodos de crise, como a que estamos passando”, reforçou.

Programa de privatização

Meirelles afirmou ainda que o programa de concessões lançado este mês pelo governo federal é ambicioso, mas deve ser bem-sucedido. “O programa é forte, mas temos segurança que será bem-sucedido. O capital, tanto o estrangeiro como o brasileiro, é alocado em investimentos que ofereçam retorno e previsibilidade”, afirmou durante o evento.

Meirelles disse que o programa está bem equacionado e que existe demanda no Brasil para projetos de infraestrutura. “O programa vai se fundamentar na competição. Vai prevalecer a melhor taxa, os investimentos, as condições oferecidas.”

Segundo o ministro, com uma boa previsibilidade, o investidor se garante no longo prazo e assim não precisa de taxas de retorno tão elevadas. “Os retornos no Brasil são atraentes, nós temos muitas possibilidades, e com o aumento da previsibilidade os investimentos vão vir”, assegurou.

Indústria de autopeças terá longo período de ociosidade

20/09/2016 – Fonte: Automotive Business



Sem falsas esperanças, Dan Ioschpe, presidente do Sindipeças, admite que a cadeia produtiva ainda tem longos anos de ociosidade para administrar. O dirigente participou do Fórum da Qualidade Automotiva, promovido pelo IQA na segunda-feira, 19, em São Paulo (SP).

Em sua apresentação no evento, ele declarou que este é o momento de inflexão na curva de queda da demanda por veículos no Brasil, com início de lenta recuperação. “Com certeza vou errar a projeção, mas apenas em 2022 ou 2023 devemos alcançar

Até lá, ele diz, o setor terá de enfrentar a ociosidade superior a 50% da capacidade produtiva na indústria de autopeças. O caso é mais grave ainda para fornecedores de componentes para veículos pesados, que administram sobra superior a 70% do potencial instalado.

Ioschpe voltou a falar que está é a pior crise já enfrentada pela indústria de autopeças no Brasil. Segundo ele, a dificuldade está mais relacionada à recente expectativa de crescimento frustrada do que, efetivamente, com o volume atual de produção em torno de 2 milhões de veículos por ano. “Nos preparamos para patamares bem maiores”, observa.

O presidente do Sindipeças fala mais sobre este e outros assuntos na Revista **Automotive Business** de agosto, disponível [aqui](#) em versão eletrônica.

Brasil precisa exportar veículos para além da América Latina

20/09/2016 – Fonte: Automotive Business



As montadoras e o governo brasileiro precisam parar de ter nos países da América Latina o único canal de exportação de veículos. O alerta é de Rodrigo Custódio, diretor da Roland Berger, que participou do Fórum da Qualidade Automotiva promovido pelo IQA na segunda-feira, 19, em São Paulo (SP).

Para o consultor, o país só terá volume importante de vendas externas quando olhar para o mercado global. "Participação de 1% nas vendas fora do continente já representaria volume anual de 800 mil unidades", estima.

Ele destacou que a exportação de 500 mil veículos projetada para este ano pela Anfavea é expressiva se considerado o tamanho do mercado que a produção nacional atende.

"Estamos falando de uma demanda total de 3 milhões de unidades por ano na América Latina fora do Brasil. Respondemos por 20% deste total, o que é uma participação muito boa. Devemos continuar investindo aqui, mas o mundo é muito maior do que isso", enfatiza.

Custódio reforça que as montadoras locais têm se limitado às 6 milhões de unidades da região - em momentos em que o mercado nacional estava maior - enquanto a demanda global chega a 90 milhões de veículos por ano.

Antonio Megale, presidente da Anfavea, reforçou em sua apresentação que o Brasil segue empenhado em firmar ou renegociar acordos automotivos. Exemplos recentes foram os novos termos acordados com Colômbia e Uruguai, ainda que limitados à América Latina. O dirigente destaca, no entanto, potencial de a indústria brasileira atender a demanda de países da África e do Oriente Médio.

Custódio concorda que todas as oportunidades devem ser aproveitadas, mas avalia que o avanço das exportações nacionais só será consistente quando estiver apoiado em mercados menos pulverizados. "As melhores oportunidades estão na Europa, mas, para ter acesso a algumas regiões, o Brasil terá de abrir mão da proteção ao mercado interno. A competição global vai gerar escala e competitividade à indústria local", resume.

Megale, da Anfavea, destaca que este é o ponto de virada para a indústria, o momento de desenhar as políticas e medidas que farão diferença no futuro. "Precisamos decidir se vamos competir no mercado nacional de 3 milhões de veículos ou no global, de 90 milhões de unidades".

RECUPERAÇÃO DA INDÚSTRIA

Custódio estima que a recuperação dos volumes da indústria nacional só virá da combinação entre vendas externas e melhora das condições do mercado local. Com a lenta melhora do crescimento econômico estimado para os próximos anos, ele estima que as vendas internas possam alcançar novamente os 3 milhões de veículos em 2020.

Ainda assim, o consultor reforça a necessidade de adotar medidas para tornar a demanda mais perene, sem ações pontuais que criem bolhas.

Uma das oportunidades para isso, diz Custódio, está nos financiamentos. "O Leasing é uma modalidade subutilizada no Brasil, com cerca de 3% de participação. Nos mercados desenvolvidos esse número chega a 30%."

Outra iniciativa, diz ele, é o desenho de uma política de renovação da frota, o chamado Programa de Sustentabilidade Veicular. "Isso criaria uma demanda perene", acredita. Glaucio Gera, vice-presidente da Fenabrave, que também participou do Fórum da Qualidade, aponta que a iniciativa poderia gerar renovação de 500 mil veículos por ano, entre leves, pesados e motocicletas. Volume nada desprezível diante do míngua mercado atual.

Toyota anuncia recall de Prius por falha em airbag

20/09/2016 – Fonte: Automotive Business



A Toyota anuncia um recall que envolve três unidades do modelo Prius, que podem apresentar falha no airbag. No comunicado divulgado na segunda-feira, 19, a montadora informa que os veículos foram produzidos entre 20 e 22 de janeiro deste ano com os últimos oito dígitos de chassi G3506590, G3506849 e G3506974.

Foi constatada a possibilidade de rompimento de uma membrana que sela a câmara de combustão do deflagrador do airbag. Devido à pressão do gás comprimido dentro da câmara, poderá ocasionar o escape do gás, sem que tenha havido um comando de deflagração do airbag.

Neste caso, haverá a deflagração indevida e parcial do airbag dianteiro do lado do passageiro. Caso isto ocorra, há risco de perda do controle do veículo e possível colisão, com danos materiais e lesões físicas aos ocupantes do veículo e terceiros.

Para corrigir o problema, a Toyota substituirá o deflagrador do airbag dianteiro do passageiro cujo tempo do reparo é estimado em 3 horas. O atendimento só será feito a partir do dia 17 de outubro e os proprietários deverão entrar em contato com a rede de concessionárias para agendamento prévio pelo. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone 0800 703 02 06.

O defeito relatado pela empresa não tem relação com o problema apresentado pelos airbags da Takata, que geraram um dos maiores recalls da história do setor automotivo, com a convocação de milhões de unidades em todo o mundo, inclusive no Brasil.

GM Spark GT tem a pior nota em teste do Latin NCAP

20/09/2016 – Fonte: Automotive Business



O modelo compacto Chevrolet Spark GT da General Motors apresenta o pior resultado possível no mais recente teste de segurança realizado pelo Latin NCAP, Programa de

Avaliação de Veículos Novos para a América Latina, e cujo resultado foi apresentado na segunda-feira, 19. Popular em mercados como o México e Colômbia, o veículo recebeu zero estrela tanto para o quesito de proteção de ocupante adulto quanto no de proteção infantil, a menor nota da avaliação.

Os carros testados são sempre os da versão mais básica dos modelos: neste caso, o Spark GT não possui nenhum tipo de airbag, apesar de ter reforço nas portas, além de não possuir pré-tensionadores nos cintos de segurança dianteiros. A unidade testada foi fabricada na Índia, embora também seja montado na Colômbia.

“Esta é outra decepção da General Motors, especialmente em um modelo que tem o potencial de oferecer níveis de proteção elevados, quando sua versão básica equipada com seis airbags foi avaliada pelo Euro NCAP em 2009 e atingiu quatro estrelas.

É inaceitável que o modelo Spark GT na versão europeia, que inclui airbags, seja oferecido por um valor similar ao da versão básica para América Latina, que não conta com airbags”, declarou o secretário geral do Latin NCAP, Alejandro Furas.

Em nota, o Latin NCAP informa ter sido surpreendido pela General Motors ao decidir colocar o dummy (boneco) de 18 meses no sistema de retenção infantil instalado olhando para frente.

“A tendência global é manter os passageiros crianças olhando para trás seja como for. Em 2015, a Toyota colocou o dummy de três anos de idade olhando para trás nos testes do Latin NCAP com excelentes resultados.

É uma pena que um fabricante mundial de automóveis como a General Motors não possa oferecer dispositivos de segurança bem conhecidos como os airbags como equipamento padrão.

É difícil acreditar como continua este tipo de discriminação com os consumidores da América Latina e do Caribe, enquanto o Global NCAP e toda a comunidade da segurança viária exigem a democratização da segurança veicular”, enfatizou Furas.

Ao apresentar o resultado do teste, a presidente do Latin NCAP, María Fernanda Rodríguez, disse: “Mais uma vez estamos muito decepcionados com a General Motors.

Como uma marca global que oferece bons níveis de segurança para outras regiões deve demonstrar que todos os consumidores, independentemente do local de residência, têm a mesma importância inclusive quando se trata de segurança.

Esperamos que a GM acompanhe o rumo de outras marcas que realizaram avanços na democratização da segurança. A General Motors disse que seu objetivo é melhorar os níveis de segurança de seus veículos no futuro, porém a mudança tem que ser bem mais rápida, já que estamos muito preocupados pelo número de consumidores que hoje viajam em seus carros inseguros e que continuarão desse jeito nos próximos anos.

As medidas de longo prazo não são suficientemente boas, os consumidores da América Latina precisam carros mais seguros agora”.

GLOBAL NCAP TAMBÉM TESTA RENAULT KWID E HONDA MOBILIO

O Global NCAP também reavaliou dois modelos de veículos em sua nova bateria de testes realizada na Índia: o Renault Kwid e duas versões do Honda Mobilio.

Em seu relatório, também divulgado na segunda-feira, 19, o Programa Global de Avaliação de Veículos declara surpresa e desapontamento para o SUV da Renault, que foi testado no início deste ano, quando marcou zero estrela para proteção de ocupante adulto, a pior nota possível na avaliação, e duas estrelas numa escala que vai até cinco

estrelas no quesito para proteção de ocupante infantil. Agora, no novo teste, após algumas melhorias feitas pela montadora, o modelo conseguiu obter apenas uma estrela no quesito proteção de ocupantes adultos.

Na sua versão mais básica, o Kwid era oferecido sem airbags – a Renault decidiu então equipar a versão mais recente com apenas um airbag para o motorista e pré-tensionador no cinto de segurança também do condutor. Na avaliação atual, esta versão ainda mostrou deflexão alta no peito, o que explica a classificação com apenas uma estrela das cinco possíveis de se obter no banco do motorista.

Já o Honda Mobilio, também testado na versão básica que não oferece airbags, mostra uma estrutura estável, ainda assim foi classificado com zero estrela para a proteção de ocupantes adultos.

O Global NCAP solicitou à Honda uma outra unidade do mesmo modelo equipado com airbags duplos, a fim de mostrar os benefícios desse sistema de segurança: neste caso, o carro conseguiu três estrelas no quesito proteção de ocupantes adultos.

“A Renault realizou progressos limitados, eles devem saber que oferecer um carro com apenas uma estrela como a versão padrão não é uma opção. Honda também têm demonstrado que com dois airbags eles podem alcançar três estrelas. Estes sistemas de segurança não devem ser opcionais.

Tanto Renault quanto Honda fazem carros seguros em outros mercados, eles têm o know-how para fazer todos os seus carros indianos muito mais seguro. Esperamos que eles comecem a fazer isso agora”, declarou o secretário geral da Global NCAP, David Ward.

Por sua vez, o presidente do Instituto de Estrada e Educação para o Trânsito, Rohit Baluja, disse: “A indústria automobilística na Índia está progredindo rapidamente, no entanto, a abordagem sobre sistemas de segurança ainda não é uma prioridade. Os clientes ainda não estão cientes de quão seguro são os carros que estão comprando para o caso de confrontar-se com colisões frontais, quando em altas velocidades.

Nestes testes, tanto a Honda quanto a Renault têm demonstrado que eles podem oferecer carros mais seguros para o mercado indiano. Os fabricantes de automóveis não devem melhorar características de segurança como uma opção, mas a segurança deve ser um padrão inflexível”.

Marelli fornece partida a frio do Uno 2017

20/09/2016 – Fonte: Automotive Business



A Magneti Marelli estreou no Uno 2017 com motores Firefly 1.0 e 1.3 de três e quatro cilindros seu sistema de partida a frio sem tanquinho auxiliar de gasolina. Batizado de ECS (Etanol Cold System), ele é formado por coletor de admissão, corpo de borboleta, válvula cânister, galeria de combustível e bicos injetores, além da unidade de controle de aquecimento e dois aquecedores de combustível.

Segundo a Magneti Marelli, o sistema foi desenvolvido para permitir a partida com o motor abastecido somente por etanol em temperatura até 8 graus Celsius negativos. Outra característica importante é o baixo consumo de energia da bateria. Também de

acordo com a fabricante de autopeças, o consumo da energia (que é mais crítico em dias frios) fica abaixo de 0,5% da capacidade total da bateria em condições mais extremas.

Outros itens fornecidos pela Magneti Marelli para o Uno são o câmbio automatizado Dualogic, o display multifuncional no painel de instrumentos, os amortecedores, faróis, o coletor de escape e também tubos e silenciadores.

O tubo de abastecimento de combustível, dutos de ar, revestimentos internos, mais pedais de freio, de embreagem e suporte dos pedais são todos fornecidos pela Magneti Marelli.

Nova versão do NX, da Siemens, inova no desenvolvimento de produtos com o uso de Modelagem Convergente

20/09/2016 – Fonte: CIMM

Tecnologia auxilia engenheiros na criação de peças otimizadas para impressão 3D, acelera o processo de desenvolvimento e reduz a necessidade de conversão de dados.

Já está disponível a nova versão do software NX (NX 11) da [Siemens](#), que traz um grande avanço no desenvolvimento digital de produtos graças ao uso da Modelagem Convergente, um novo sistema que simplifica consideravelmente o trabalho com geometria. Ela utiliza geometrias facetadas, superfícies e sólidos, sem exigir um processo demorado de conversão de dados.

A Modelagem Convergente permite aperfeiçoar o desenvolvimento de peças para impressão 3D, acelerar o processo de desenvolvimento em geral e tornar a engenharia reversa uma prática muito mais comum e eficiente no desenvolvimento de produtos.

O NX 11 traz muitas melhorias em projeto assistido por computador, manufatura e engenharia (CAD/CAM/CAE), como 3D CAE de próxima geração, que utiliza o recém-lançado software Simcenter 3D, e melhoria na produtividade de CAM, com ferramentas como usinagem robotizada e manufatura aditiva híbrida para ajudar a aumentar a eficiência.

“A Modelagem Convergente é um marco no desenvolvimento digital de produtos”, afirma Joe Bohman, gerente de Software de Engenharia de Produto da Siemens PLM Software. “Esperamos que ela seja uma ferramenta fundamental para trabalhar com geometrias facetadas de forma eficiente.

Esta nova tecnologia deve reduzir significativamente o tempo e os custos e ajudar a eliminar a fase de retrabalho propensa a erros, que é comum ao trabalhar com geometria digitalizada. Além disso, elimina as limitações associadas à modelagem tradicional por CAD na otimização de peças para impressão 3D.”

As tecnologias avançadas do NX 11 para manufatura aumentam a flexibilidade e a precisão da usinagem, reduzem o tempo de programação e melhoram a qualidade das peças. Sua capacidade avançada de reconhecimento de recursos automatiza a programação de peças com muitos furos, reduzindo o tempo de programação em até 60%.

O software NX 11 também inclui várias outras melhorias importantes. O Simcenter 3D (também disponível como um aplicativo independente) agora realiza todas as funções de simulação no NX para prever o desempenho do produto. Ele fornece aos usuários do NX uma experiência perfeita na navegação entre as tarefas de desenvolvimento e simulação, além de acelerar o processo de simulação, combinando a melhor edição de

geometria da categoria, modelagem de simulação associativa e soluções multidisciplinares integradas ao conhecimento da indústria.

Solvers rápidos e precisos capacitam análises estruturais, acústicas, térmicas, de fluxo, de movimento e de compostos, além de oferecer otimização e simulação multifísica. Com o NX 11, o Simcenter 3D apresenta novas capacidades de modelagem e a simulação de máquinas rotativas, um novo ambiente para acústica interna e externa e melhorias significativas na análise de danos de estruturas compostas.

Novas técnicas, como manufatura aditiva, abrem portas para a criação de designs com formas que podem fornecer níveis superiores de desempenho. Além disso, a Modelagem Convergente elimina limitações ao levar aos designers a flexibilidade de criar rapidamente novas formas, aproveitando melhor os materiais e as técnicas disponibilizados por meio da manufatura aditiva.

Usuários de vários setores, incluindo medicina, automotivo e bens de consumo, entre outros, estão cada vez mais utilizando dados 3D digitalizados como parte do processo de desenvolvimento.

Esta engenharia reversa de projetos existentes é tradicionalmente um processo de alto custo e longo, pois os dados digitalizados exigem a conversão manual e demorada da geometria facetada na forma sólida de superfície antes de serem usados na modelagem adicional.

O processo de engenharia reversa pode levar dias ou semanas para ser concluído. A Modelagem Convergente reduz consideravelmente a necessidade deste retrabalho ao reunir os dados digitalizados, que podem ser trabalhados diretamente no NX 11. Desta forma, não é necessário mapear superfícies, criar sólidos ou outras formas manualmente.

Ilha da Automação Industrial vai levar palestras de alto nível à Mecânica Nordeste

20/09/2016 – Fonte: CIMM

Uma programação com palestras de alto nível sobre a Indústria 4.0, a chamada 4ª Revolução Industrial. É o que os visitantes vão encontrar na Ilha da Automação Industrial, espaço inovador da Mecânica Nordeste - Feira da Indústria Mecânica, Metalúrgica e de Material Elétrico da Região Nordeste, que acontece de 18 a 21 de outubro, no Centro de Convenções de Pernambuco, em Olinda.

A feira é realizada pelo Sindicato das Indústrias Mecânicas, Metalúrgicas e de Material Elétrico de Pernambuco (Simmepe), com organização da Reed Exhibitions Alcantara Machado.

Entre as empresas que apresentarão palestras durante o evento estão a Porsche e a Ernst Young. No dia 18 de outubro, a Ernst Young promove palestra com Ricardo Lima, sócio da empresa no Brasil, que vai falar sobre "Como preparar a sua empresa para a digitalização e Indústria 4.0".

Ele explica que há um amplo universo de tecnologias que podemos chamar de 4.0: smart cities, carros inteligentes, cuidados de saúde, wearables, smart grid, e drones. E essa nova realidade traz novos questionamentos para as indústrias. "Todas as linhas devem ser automatizadas ou só algumas? Quais são os riscos e barreiras? É possível uma implementação-piloto? Tenho algo de valioso que outras empresas querem?", pergunta Ricardo Lima.

No dia 20 de outubro, a Ilha da Automação Industrial sediará a palestra "Indústria 4.0: preparar, implementar e beneficiar", com Rüdiger Leutz, CEO, diretor geral da

Porsche Consulting. Ele pontua que Indústria 4.0 é a transformação digital que manterá o cliente como foco principal, envolvendo suas expectativas, tecnologias disruptivas e dinâmicas competitivas.

Rüdiger Leutz vai mostrar porque a transformação digital é fundamental para o futuro dos países, quais tópicos são mais relevantes para os próximos anos e quais são as consequências financeiras desse desenvolvimento. "Participar da Mecânica Nordeste é muito importante, pois a feira é uma plataforma para as empresas que participam dessa indústria. É uma oportunidade para trocar conhecimentos e identificar tecnologias que vão ser utilizadas no futuro", diz Rüdiger Leutz.

As palestras de Ricardo Lima e Rüdiger Leutz foram destaque na Mecânica – 32ª Feira Internacional da Mecânica, realizada em maio deste ano, em São Paulo, e agora chegam ao Nordeste.

"A programação da Ilha da Automação Industrial vai contar com palestras de alto nível sobre a Indústria 4.0, um assunto que já faz parte das economias e interessa a indústrias de todos os setores. Essa será uma oportunidade única de ampliar conhecimentos sobre o tema", destaca Tatiana Menezes, diretora regional da Reed Exhibitions Alcantara Machado. As palestras da Ilha da Inovação são gratuitas e começam sempre às 19h.

Com exposição de produtos e serviços, debates, workshops e eventos de capacitação, a Mecânica Nordeste reunirá em um só lugar diversos setores da indústria, como automação, máquinas e equipamentos, energias renováveis, e elétrica e eletrônica. A expectativa é que a Mecânica Nordeste, que acontece numa área de 13 mil metros quadrados, conte com a participação de 200 marcas nacionais e internacionais e a presença de 15 mil visitantes/compradores altamente qualificados.

Serviço

[Mecânica Nordeste](#)

Data: 18 a 21 de outubro de 2016

Horário: das 16h às 22h

Local: Centro de Convenções de Pernambuco | Olinda | PE

Realização: Simmepe

Organização: Reed Exhibitions Alcantara Machado

Tokyo Steel corta preços para outubro em até 13% diante de demanda morna

20/09/2016 – Fonte: R7

A siderúrgica Tokyo Steel Manufacturing, maior produtora japonesa de aço que utiliza fornos elétricos, anunciou nesta terça-feira que vai cortar os preços de seus produtos para entrega em outubro em até 13 por cento para refletir a demanda local morna e enfraquecimento de preços internacionais.

A companhia cortará os preços entre 3.000 e 7.000 ienes (29 a 69 dólares) a tonelada. A redução equivale a um corte de entre 4 e 13 por cento, segundo cálculos da Reuters. O corte marca a primeira vez em sete meses que a Tokyo Steel reduz preços de maneira geral e vem cinco meses depois da tentativa da empresa de elevar preços.

A estratégia de preços da Tokyo Steel é observada de perto por rivais asiáticos como as sul-coreanas Posco, Hyundai Steel e a chinesa Baosteel, que exportam para o Japão.

"O corte de preços é para refletir a condição atual do mercado", disse o diretor-geral da Tokyo Steel, Kiyoshi Imamura, a jornalistas.

"Esperávamos ver uma retomada na demanda local neste ano, mas os atrasos em projetos de construção para a olimpíada de 2020 e trabalhos de reformulação da região metropolitana de Tóquio reduziram a recuperação da demanda", disse Imamura.

A demanda da exportação também está sob pressão, disse o executivo, por causa dos preços mais baratos oferecidos por siderúrgicas da China.

"Basicamente, o excesso de oferta da China não mudou."

Compras de aço pela rede de distribuição sobe 20,5% em agosto, diz Inda

20/09/2016 – Fonte: R7

As compras de aço pela rede de distribuição em agosto subiram 20,5% em relação ao mesmo mês de 2015, totalizando 264,6 mil toneladas, de acordo com dados divulgados nesta terça-feira, 20, pelo Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda). Em relação a julho, as compras avançaram de 18,2%. O volume inclui chapas grossas, laminados a quente, laminados a frio, chapas zincadas a quente, chapas eletro-galvanizadas, chapas pré-pintadas e gavalume.

Já as vendas de aços planos realizados pela rede de distribuição alcançaram 253,1 mil toneladas no mês passado, o que significou uma queda de 0,5% ante agosto de 2015. Na comparação com julho, foi registrada uma alta de 0,9%.

Com esse desempenho, os estoques da rede de distribuição ficaram em 883,3 mil toneladas em agosto deste ano, o que representou um aumento de 1,3% na relação mensal. O giro dos estoques ficou em 3,5 meses em agosto, estável ante julho.

As importações da rede caíram 53,1% na relação anual, para 44,6 mil toneladas em agosto. Ante julho, por outro lado, as importações tiveram alta de 13,7%.

Para setembro, o Inda projeta que tanto as vendas quanto as compras mantenham-se estáveis.

Carvão

A forte alta verificada nos preços globais do carvão deve fazer com que os preços internacionais do aço fiquem relativamente estáveis, afirmou o presidente do Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda), Carlos Loureiro.

"Não vejo chance do preço chinês cair com o carvão nos atuais níveis", disse Loureiro, durante entrevista coletiva à imprensa. "A China usa muito alto-forno."

Segundo o executivo, o carvão chegou a ser negociado em patamares próximos de US\$ 80 por tonelada no início do ano, chegando agora ao nível de US\$ 214 por tonelada.

"O carvão deu um susto em todo mundo, e esse é um dos fatores que vai segurar muito o preço internacional do aço."